



## **07 DE JUNHO DE 2011**

### **Terça - feira**

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **"PACOTÃO" É NOVA EXIGÊNCIA PARA O FIM DA GREVE NA VOLKS**
- **SIG COMBIBLOC INAUGURA FÁBRICA EM CAMPO LARGO**
- **APERTO NO CRÉDITO JÁ PREOCUPA MONTADORAS**
- **BRASIL PRECISA INVESTIR R\$ 1 TRI EM ENERGIA**
- **POUPANÇA TEM SALDO NEGATIVO DE R\$ 1,3 BI**
- **LOBÃO DESCARTA PLANOS DE ALTERAR PREÇO DA GASOLINA**
- **PR E MS JÁ ADOTAM COTAS PARA NEGROS EM CONCURSOS ESTADUAIS**
- **VENDA DE VEÍCULOS É RECORDE, MAS CAI NA MÉDIA DIÁRIA**
- **CONCESSIONÁRIAS DA VOLKS SENTEM REFLEXOS DA GREVE NO FATURAMENTO**
- **REPASSE DO TESOURO AO BNDES PODE SER ADIADO**
- **SUZANO COMPRA CEPEMAR EM NOVO LANCE DE DIVERSIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS**
- **BANCO FARÁ OFERTA PÚBLICA DE LETRA**
- **TRABALHADOR OBTÉM DIREITO A RELÓGIO DE OURO**
- **SENAI PARANAENSE E PREFEITURA DE PARANAGUÁ INAUGURAM USINA DE BIODIESEL**
- **"DISPUTA SALARIAL AMEAÇA PLENO EMPREGO NO PAÍS"**
- **"PONTO ELETRÔNICO:RELATOR VOTA PELA SUSTAÇÃO DA PORTARIA 1510"**
- **CÂMARA APROVA INCLUSÃO DE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE PARA ELETRICITÁRIOS NA**

- **CLT**
- **DEPUTADOS DEBATEM A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**
- **COMISSÃO APROVA VALOR MENOR DE DEPÓSITO RECURSAL PARA MICROEMPRESAS**
- **COMISSÃO APROVA JORNADA DE 8 HORAS PARA TRABALHADOR ACIMA DE 60 ANOS**
- **CÂMARA INSTALA COMISSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR A TERCEIRIZAÇÃO**
- **APROVADO PROJETO QUE AMPLIA PROIBIÇÃO DE REVISTA ÍNTIMA EM MULHERES**
- **PEQUENA EMPRESA PODERÁ SER RESSARCIDA PELO SALÁRIO-MATERNIDADE**

| <b>Câmbio</b><br>Em 07/06/2011 |               |              |
|--------------------------------|---------------|--------------|
|                                | <b>Compra</b> | <b>Venda</b> |
| <b>Dólar</b>                   | 1,575         | 1,577        |
| <b>Euro</b>                    | 2,311         | 2,314        |

Fonte: BACEN

## "Pacotão" é nova exigência para o fim da greve na Volks

07/06/2011- Gazeta do Povo

A greve dos trabalhadores da fábrica da Volkswagen em São José dos Pinhais (SJP) completa 34 dias e deve ganhar uma pauta bem mais ampla que a reivindicação inicial. Na reunião marcada para a manhã de hoje, o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) vai negociar um "pacotão" de reivindicações junto à montadora. Apesar de a paralisação ter sido motivada pela falta de acordo no valor da Participação nos Lucros e Benefícios (PLR), segundo o presidente da entidade, Sérgio Butka, assuntos como o plano de cargos e salários, os dias parados e a data-base precisam entrar na pauta. Na assembleia de ontem, os cerca de 2 mil funcionários presentes votaram pela manutenção da greve e uma nova assembleia está agendada para a tarde de hoje.

"Hoje está mais difícil fechar acordo só com a PLR. Os dias parados precisam ser discutidos e a empresa vai ter de bancar. O presidente da empresa também é responsável pela paralisação quando declarou que era melhor ficar parado do que pagar", afirma Butka. "Vamos debater esses assuntos e tentar avançar na busca de uma alternativa. Esperamos uma nova posição da empresa", acrescenta o sindicalista.

### **Reforço**

A assembleia de ontem em frente à fábrica foi marcada pela presença de diversas lideranças sindicais de várias partes do país, como Paulo Pereira da Silva, o "Paulinho da Força", presidente da Força Sindical e deputado federal, além de representantes de sindicatos de metalúrgicos das cidades paulistas de São Paulo, São Caetano do Sul, Taubaté e São Carlos – esses dois municípios também abrigam fábricas da Volks –, e Camaçari, na Bahia.

"Tivemos reunião com o Carlos Lupi [ministro do Trabalho] pedindo que o governo interfira para abrir negociação", diz Paulinho. O deputado chegou a falar em convocar o presidente da Volks, Thomas Schmall, para dar explicações (leia mais nesta página).

### **Especulações**

Enquanto as partes envolvidas na greve não chegam a um acordo, surgem algumas especulações referentes aos motivos pelos quais a montadora não aceita a reivindicação dos metalúrgicos, mesmo contabilizando milhões de reais em prejuízos. Uma das hipóteses é de que a empresa estaria aproveitando a paralisação para fazer a readequação do processo produtivo para a substituição de alguns produtos. A produção da linha Fox, que hoje responde por mais de 90% do volume faturado no complexo de SJP, seria transferida para a unidade de Taubaté (SP).

Em contrapartida, a fábrica paranaense assumiria a fabricação da picape Saveiro, atualmente feita na unidade da Rodovia Anchieta, também em São Paulo; e, no futuro, a produção da perua Space Fox, que começará a ser montada por aqui assim que a greve terminar – as peças, por enquanto, continuam vindo da Argentina.

"Transferir [a linha Fox] de uma fábrica para outra exige um enorme investimento. Não seria em apenas um mês de greve", destaca Evandro Nogueira, do departamento de Comunicação da Volks. A empresa também informou que houve investimento de R\$ 360 milhões para a expansão da fábrica de Taubaté, com a

criação de uma nova área de pintura que permitirá aumentar a capacidade de produção de Gol e Voyage das atuais 1.080 para 1,3 mil unidades/dia.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté (Sindimetau), Isaac Mascarenhas do Carmo, não acredita na mudança, principalmente porque a unidade paulista está com a capacidade quase toda comprometida. "Não teríamos condições de comportar dois modelos de entrada [Gol e Fox]", descarta o sindicalista. A fábrica em Taubaté já produz o Gol.

O diretor da subseção de São José dos Pinhais do SMC, Osvaldo Silveira, também não vê chances de o Fox deixar o Paraná. Até porque, segundo ele, há rumores de que o modelo sairá de linha em 2013 para dar lugar a um novo projeto. "Mudar para depois acabar não tem lógica", analisa.

Além da linha Fox, que inclui o CrossFox e o Fox Europeu, a fábrica paranaense produz o hatch médio Golf – cerca de 70 unidades/dia –, que em breve passará a ser feito no México. Já a SpaceFox, num primeiro momento, terá o serviço de montagem finalizado por aqui – a carroceria ainda viria da unidade de Pacheco, na Argentina.

### **Demissões**

Em relação às notícias de possíveis demissões, caso as mudanças ocorram, o presidente do SMC diz não estar preocupado. Segundo ele, o mercado está aquecido e falta mão de obra qualificada. "A oferta de emprego é muito grande. Só para se ter uma ideia, alguns funcionários nos procuraram dizendo que tinham outras propostas, mas não podiam sair por conta da greve", diz Butka. "Nossa intenção é garantir condições para que os funcionários não saiam", complementa.

## **SIG Combibloc inaugura fábrica em Campo Largo**

07/06/2011- Gazeta do Povo

Cerca de quatro anos após os primeiros anúncios de sua vinda ao Brasil, a fabricante de embalagens cartonadas assépticas (longa vida) e máquinas de envase de alimentos e bebidas SIG Combibloc, do grupo neozelandês Rank, inaugurou ontem sua primeira unidade no país, em Campo Largo, região metropolitana de Curitiba. Ocupando apenas 10% do terreno de 130 mil metros quadrados, às margens da BR-277, a empresa começa neste mês com sua capacidade máxima instalada de 1 bilhão de embalagens/dia e planos de ampliação que vão dobrar essa produção até 2013. O investimento de 90 milhões de euros nasce com players importantes como clientes, incluindo Frimesa (leite condensado), Batavo (leites especiais e de soja), Cemil e Piá, ambas da área de lácteos. No caso da gaúcha Piá, o fornecimento já é 100% SIG.

### **Mercado**

Principal concorrente da TetraPak aqui e também no cenário global, a SIG pretende atingir de 15% a 20% do mercado brasileiro em dez anos – fatia similar à que possui no mercado global, atrás dos cerca de 60% da TetraPak, mas ainda bem abaixo dos 25% a 55% que detém na Europa.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Canadean, a partir de estudos encomendados pela SIG, o Brasil é o segundo maior mercado de embalagens longa vida no mundo, perdendo apenas para a China. "O país consumiu 8 bilhões de litros em 2010 e deve crescer, segundo nossos estudos, 6,4% ao ano até 2014, mais de 50% da média mundial, o que significa cerca de 21% do crescimento mundial em volume", ressalta

o CEO da empresa, Rolf Stangl. Na demanda por embalagens para bebidas não carbonatadas (sucos, néctares e bebidas à base de soja), a estimativa é de que ela seja de 600 milhões de litros até 2014, algo que representaria 23% do crescimento mundial previsto. Stangl não revela fatias atuais da SIG no mercado brasileiro, mas salienta que a participação ainda é menor do que na China, onde já possui mais de 10% do segmento. Um dos principais trunfos na concorrência com a TetraPak estaria em uma melhor qualidade de impressão, com cores mais vivas.

A escolha de Campo Largo, segundo Stangl, se deu muito mais pelas facilidades logísticas e de infraestrutura da região, como também pela qualidade da mão de obra, do que por incentivos fiscais do governo estadual – a SIG está entre as empresas com negociação dentro do Paraná Competitivo, programa de redução e ampliação de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

## **Emprego**

Segundo o diretor-presidente da empresa na América do Sul, Ricardo Lança Rodriguez, a unidade deve contratar 225 funcionários até o fim de 2011 e chegar a 300 até 2013, quando a SIG vai instalar mais uma linha, dobrando a produção e chegando a 2 bilhões de embalagens/dia. "A maior parte, cerca de 80%, é de Campo Largo mesmo", afirma Rodriguez. Há também algumas equipes que vieram da Europa e permanecerão por mais tempo para manter a qualidade global da produção. Parte dos funcionários brasileiros também passou por um treinamento de cinco meses na Europa para manter esse padrão, que deve receber certificações ISO 14000 e FSC até o início do ano que vem.

A matéria-prima da SIG, o papel com as diferentes camadas que formarão as embalagens longa vida, está vindo da Europa. Segundo Rodriguez, a empresa está em negociação com a Suzano Papel e Celulose e a Klabin, esta com unidade também no Paraná, em Telêmaco Borba, para o fornecimento do material. "Em termos de custos ainda não sei dizer se o papel brasileiro será mais barato, mas sabemos que a logística fica facilitada", diz Rodriguez. As máquinas de envase usadas pelos clientes da SIG também são fabricadas por ela e vêm de uma unidade na Alemanha.

## **Aperto no crédito já preocupa montadoras**

07/06/2011- Gazeta do Povo

Os efeitos das medidas tomadas pelo governo federal para frear os financiamentos no setor automotivo começam a preocupar as montadoras, apesar da venda recorde de automóveis, comerciais leves, ônibus e caminhões para meses de maio (318,5 mil) e também no acumulado dos cinco primeiros meses do ano (1,433 milhão – veja os números abaixo).

"A situação da média diária começa a nos preocupar", afirmou o presidente da Anfavea (associação do setor), Cledorvino Belini, durante a divulgação dos dados ontem, referindo-se à redução de 4,9% na quantidade registrada em maio – 14.479 unidades por dia útil – ante abril (15.220). Em dezembro, quando o governo dificultou a compra de veículos sem entrada, eram 17.343.

Naquele mês, as vendas à vista representavam 32% dos licenciamentos, porcentual que subiu para 38% em maio. Os emplacamentos de automóveis 1.0, mais suscetíveis às restrições ao crédito, representaram 45,9% do total no acumulado do ano, porcentual bem inferior à média registrada em 2010 (50,8%).

Sobre a medida do governo para dificultar as importações de veículos, com a exigência de uma licença prévia para a liberação de guias, Belini afirmou que "sem dúvida, não é intenção do governo afetar o mercado" e disse acreditar que, "em breve, [o problema] será resolvido".

## Brasil precisa investir R\$ 1 tri em energia

07/06/2011- Gazeta do Povo

Será necessário R\$ 1,02 trilhão em investimentos para aumentar a capacidade de oferta de energia elétrica, petróleo, gás e etanol no Brasil até 2020. Desse total, quase metade será aplicada pela Petrobras, e, em escala menor, pela Eletrobras.

Os dados fazem parte do Plano Decenal de Energia do governo, divulgado ontem pelo presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim.

Segundo a EPE, no mesmo período a demanda total por energia subirá 60% no país. A maior parte dos recursos será aplicada na exploração e produção de petróleo: R\$ 686 bilhões (67% do total).

Graças ao pré-sal, o Brasil praticamente triplicará sua produção, que passará dos 2,1 milhões de barris diários em 2010 para 6,1 milhões de barris por dia em 2020.

### **Nuclear**

O plano não prevê aumento da oferta de energia nuclear até 2020. Além da usina de Angra 3, em construção, não há outras projetadas.

Em relação ao gás natural, a oferta total será quase duplicada, subindo de cerca de 109 milhões de metros cúbicos por dia em 2011 para 193 milhões de metros cúbicos diários em 2020.

Na área de biocombustíveis, o etanol concentrará maior parte dos investimentos, de R\$ 97 bilhões.

O aumento da frota "flex" no mercado brasileiro irá impulsionar a demanda por etanol que, segundo a EPE, deverá triplicar na década, passando de 27 bilhões de litros em 2010 para 73 bilhões em 2020- sendo 6,8 bilhões de litros para exportação.

A estimativa é que a oferta de energia elétrica até 2020 aumente em 55%, saltando de uma capacidade instalada de 110.000 megawatts (MW) em dezembro de 2010 para 171.000 MW em 2020.

As fontes renováveis -hidráulica, eólica e biomassa- terão prioridade, segundo Tolmasquim. Mas o plano prevê também a construção de térmicas movidas a combustíveis fósseis, em especial o gás natural.

Com relação às energias renováveis, haverá queda da participação da fonte hidrelétrica na matriz, de 76% para 67% no período. Já a geração de outras fontes alternativas, como usinas eólicas, térmicas à biomassa e PCHs (pequenas centrais

hidrelétricas), vai dobrar em dez anos, de 8% para 16%. O destaque nesta área é a geração eólica, que irá saltar de 1% para 7% da matriz em uma década.

## Poupança tem saldo negativo de R\$ 1,3 bi

07/06/2011- Gazeta do Povo

Os saques da caderneta de poupança superaram os depósitos por R\$ 1,301 bilhão em maio. Em abril, o saldo entre saídas e entradas já estava negativo em R\$ 1,762 bilhão. No mês passado, o Banco Cental registrou depósitos de R\$ 107,40 bilhões, ante resgates de R\$ 108,7 bilhões no mesmo período. Mas os rendimentos do capital já aplicado somaram R\$ 2,08 bilhões, o que gerou um saldo de R\$ 386,15 milhões para este período. A poupança tem perdido sistematicamente para a inflação nos últimos meses, com a exceção de maio – quando a diferença foi de 0,43% para o IGP-M contra 0,65% para a aplicação.

## Lobão descarta planos de alterar preço da gasolina

07/06/2011- Gazeta do Povo

O **ministro de Minas e Energia, Edison Lobão**, disse hoje que o governo não está planejando alterar o preço da **gasolina**, apesar da estabilidade do preço do combustível, que é uma das queixas do **setor sucroalcooleiro**. O ministro comentou que, neste momento o governo conversa com os representantes das usinas para estudar formas de garantir o abastecimento com etanol.

Ele ressaltou que, se for necessário, o governo irá reduzir o porcentual de álcool anidro na gasolina, que hoje está entre 18% e 25%. Lobão salientou que essa medida não deverá ser implementada agora, quando a safra de cana-de-açúcar está entrando no mercado, mas que a iniciativa pode ser tomada na época de entressafra do produto.

Suas declarações foram feitas após cerimônia de abertura do Ethanol Summit, evento sobre o mercado de etanol, que ocorre hoje em São Paulo. Lobão ainda afirmou que o governo vai apoiar o setor sucroenergético a alcançar uma capacidade instalada de 17 mil megawatt (MW) de bioeletricidade a partir de bagaço de cana-de-açúcar ante os atuais 6 mil MW até 2019. Segundo ele, o setor representa parte fundamental da matriz energética brasileira, oferecendo energia limpa e renovável.

O ministro acrescentou que a exploração de petróleo do pré-sal não irá reduzir o apoio do governo ao setor de bioenergia. "Tudo isso é que garantirá suprimento energético para o Brasil nas próximas décadas", afirmou. "O objetivo do governo é exportar o petróleo do pré-sal", disse. O ministro ressaltou também que, entre 1975 e 2010, a utilização do etanol combustível no Brasil evitou a emissão de 960 milhões de toneladas de CO2.

## PR e MS já adotam cotas para negros em concursos estaduais

07/06/2011- Gazeta do Povo

O **Rio de Janeiro** passará a reservar vagas para negros e índios em concursos estaduais, segundo decreto assinado nesta segunda-feira (6). Em levantamento feito pelo G1 em governos e assembleias legislativas de 26 estados e do DF, apenas **Paraná e Mato Grosso do Sul** dizem ter lei estadual que prevê cotas raciais em concursos dessa esfera pública. Além disso, em outras localidades onde não há regra válida para todo o estado, como no **Rio Grande do Sul e o Espírito Santo**, alguns municípios adotam a prática.

Não há lei nacional sobre reserva de vagas em concursos para determinadas raças, apenas para deficientes físicos. A lei 8112, que rege o servidor público civil federal, determina que sejam reservadas até 20% das vagas para deficientes, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência. O decreto 3298/99 definiu o percentual mínimo de 5%, ao regulamentar a **lei 7853/89**, que deve ser aplicado em todo o país.

A regra sobre a cota de 20% para negros e índios nos concursos do Rio começará a valer 30 dias após sua publicação - que deve acontecer nesta terça (7). No Paraná, a lei que reserva 10% das vagas para negros em concursos estaduais está em vigor há 8 anos. Em MS, a reserva de 10% dos postos a negros data de 2008 e a criação de cota de 3% para índios ocorreu em 2010. Mas, como a regulamentação só foi feita neste ano, apenas 3 concursos que consideram a regra foram finalizados, nenhum deles incluindo índios.

### **Como é a seleção**

Nos três estados, os candidatos podem optar por concorrer ou não pela cota. No PR e em MS, os que se declaram negros ou índios cumprem as mesmas etapas dos demais, porém passam por uma banca que faz uma avaliação visual para confirmar se poderão ficar com a vaga reservada. Essa banca considera não só a cor da pele, mas características como tipo de cabelo, formato da boca e nariz. No RJ, esses detalhes ainda não foram divulgados.

O analista de recursos humanos Wlader Celso Bogarim, de 34 anos, entrou na **Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar)** por meio da cota para negros em concurso realizado em 2008 e se lembra de ter respondido a um pequeno questionário. Uma das perguntas era se já tinha sofrido preconceito pela cor. "A maior parte da avaliação é visual mesmo. Gente de olho verde e cabelo loiro geralmente fica mais nervosa, mas não é o meu caso", afirma, rindo.

Apesar de ter sido aprovado dentro da cota, Bogarim diz que teria passado no concurso mesmo sem ela e defende o benefício. "Teria passado se não fosse da cota. Mas é a lei, não tem o que se questionar nesse caso."

No mesmo concurso, Elisangela Bezerra Merini, técnica em edificações, também foi chamada pela cota. "Num primeiro momento, havia cinco vagas. Conforme foram precisando, foram chamando mais gente. Fiquei em 61º no geral e em 5º na da cota. Valeu a pena, fiquei bem na frente", conta.

Sobre a banca, Elisangela diz que não houve constrangimento: "Foi um conversa bem tranquila, eu fiquei bem à vontade."

### **Cor da pele**

"A lei é bem clara, o cidadão tem que ser da raça negra e ter características da raça, podendo ser da cor parda ou preta. A melanina pode variar, mas as características

são as mesmas”, explica Fátima Aparecida Vieira Techy Bahls, presidente da comissão de concursos da Sanepar. Ela se refere à lei 14.274/03, que estabeleceu a cota racial no Paraná em 2003.

Segundo Fátima, o benefício é para quem tem dificuldade para conseguir um emprego por possuir as características da raça. “Não porque ele [o candidato] é filho de negro ou neto de negro, o foco é ele ter as características e ser desclassificado por elas quando procura uma vaga. Porque, se você for ver o histórico do Brasil, todos nós temos a descendência.”

No Paraná, no momento da inscrição, o candidato pode optar por concorrer pela cota. A confirmação de que poderá obtê-la se dá no momento da contratação, após ele ter sido aprovado no concurso, explica Fátima. “Tem uma banca com integrantes da empresa e, às vezes, convidados de fora.”

### **Declaração por escrito**

As cotas para negros no MS constam da lei 3.594/2008. A cota para índios surgiu com a lei 3.994/10. E ambas foram regulamentadas pelo decreto 13.141/11. No ato da inscrição, o candidato negro precisa fazer uma declaração por escrito. No caso do índio, além da declaração, o candidato deve levar no momento da entrevista um documento da Fundação Nacional do Índio (Funai), confirmando ser indígena. Segundo o diretor-geral de seleção e ingresso de pessoal da Secretaria de Estado de Administração, André Luiz Godoy Lopes, quem disputa uma vaga reservada também passa por uma banca, mas isso pode acontecer antes ou depois das provas.

Na maioria dos casos, essa banca é realizada pela empresa ou instituição contratante, próximo ao momento da contratação. A comissão avaliadora, diz Lopes, é composta por integrantes do departamento de recursos humanos e representantes da coordenadoria da igualdade racial ou associações de defesa de direitos de afrodescendentes. “Há um entendimento sobre quais são as características sobre cabelo, cor da pele, formato de nariz e de boca, então cabe a eles [a comissão] decidir se o candidato se encaixa ou não”, explica o diretor.

### **Duas classificações**

Os inscritos cotistas concorrem duas vezes no concurso, dizem os organizadores. “O candidato tem duas classificações, uma geral [concorrência ampla] e outra da cota. De acordo com a nota, ele pode entrar como cotista ou como candidato não cotista”, afirma Lopes, de MS. O inciso I do artigo 10, do decreto nº 13.141/11 do estado, diz que “a cada fração de 10 candidatos, a décima vaga fica destinada a candidato negro aprovado, de acordo com a sua ordem de classificação na lista específica, em observância ao princípio da proporcionalidade”.

Nos dois estados, caso a cota não seja preenchida, as vagas são distribuídas aos demais candidatos, de acordo com a ordem de classificação. Isso também ocorrerá no RJ.

## **Venda de veículos é recorde, mas cai na média diária**

07/06/2011- Gazeta do Povo

Apesar dos números de maio indicarem um volume de vendas recorde de automóveis para o período, na comparação das vendas diárias houve queda de 4,9%

em maio ante abril. Segundo o presidente da **Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea)**, Cledorvino Belini, em maio, que teve 22 dias úteis, foram comercializados 14.479 veículos por dia no Brasil, enquanto em abril, que teve 19 dias úteis, as vendas diárias foram de 15.220 unidades.

"A situação começa a nos preocupar", disse Belini, que considera que a queda no volume de vendas diárias é fruto das medidas macroprudenciais anunciadas pelo governo em dezembro para desacelerar o consumo. "No ano passado, o crédito para a venda de veículos crescia cerca de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões por mês. Neste ano, o aumento tem sido da ordem de R\$ 1 bilhão por mês. Isso está afetando o varejo", disse o presidente da Anfavea.

Ele também ressaltou que a inadimplência do setor, apesar de inferior à inadimplência do mercado como um todo, também está crescendo. O dado mais recente de **inadimplência** no segmento, de abril, indica que 3,3% dos financiamentos estão com mais de 90 dias de atraso. Em março, esse percentual era de 3,0% e, no final do ano passado, em dezembro, era de 2,6%.

Considerando apenas os números totais, sem levar em conta os dias úteis, o desempenho das vendas no mês passado foi recorde para um mês de maio. Foram vendidas 318,5 mil unidades, 10,1% a mais do que abril e 26,9% acima das vendas em maio de 2010. As vendas de veículos novos de janeiro a maio também bateram recorde no período, com o emplacamento de 1,43 milhão de unidades. O volume é 8,8% maior que o registrado nos cinco primeiros meses de 2010.

A Anfavea não alterou suas projeções para 2011, divulgadas no início do ano. A entidade estima encerrar 2011 com um volume de vendas de automóveis 5% superior em relação a 2010, somando 3,69 milhões de unidades. Para máquinas agrícolas, a estimativa é de repetir o desempenho do ano passado, de 68,5 mil unidades vendidas. "Vamos esperar o fim do primeiro semestre para avaliar se vamos rever ou não as estimativas para o ano", afirmou Belini.

## Concessionárias da Volks sentem reflexos da greve no faturamento

07/06/2011- O Estado do Paraná

Não são somente os 3,1 mil trabalhadores da Volkswagen de São José dos Pinhais e os diretores da empresa que estão na expectativa pelo fim da greve, os vendedores das concessionárias de Curitiba fazem coro pelo encerramento do impasse, uma vez que constataram uma queda de até 20% no faturamento do mês passado, por conta da escassez dos modelos produzidos pela unidade paranaense.

A demanda aquecida registrada em maio, com 26,1% de crescimento em relação ao mesmo período de 2010, não foi capaz de evitar o prejuízo de quem ganha por comissão. "Tentamos desviar para modelos semelhantes de outras marcas, mas tem comprador que desiste da compra ou tenta conseguir em outra concessionária, principalmente, quando se trata do Fox", conta o vendedor da Concessionária Corujão, Garibaldi Gomes de Menezes.

Na contramão das previsões da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), que afirmou na semana passada haver entre 10 e 24 dias para começar a faltar produto, as concessionárias da capital apontam que o problema

já vem ocorrendo há alguns dias com os veículos fabricados em São José – Fox, Fox Prime, Cross Fox e Golf.

O comportamento imediatista que caracteriza o consumidor brasileiro faz com que a maioria peregrine por várias concessionárias a fim de encontrar o modelo. Quando isso não ocorre, somente a minoria opta por comprar e esperar a normalização da produção. “Nessa movimentação do cliente por outras lojas, perdemos vendas. Além disso, quem compra e espera, por vezes, acaba desistindo devido a falta de previsão para o fim dessa greve. Isso tem que acabar de qualquer jeito”, defende Menezes. “A contar do dia em que terminar a greve, as concessionárias devem amargar um período de pelo menos 20 dias para que se normalize o fornecimento de carros”, prevê.

Dependendo do que for proposto pela diretoria de Volkswagen na reunião marcada para as 8h desta terça-feira (7), a greve poderá ter um ponto final. Na semana passada, a empresa chegou ao valor de R\$ 5,2 mil para a primeira parcela de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2011, assim como foi acertado para os trabalhadores paulistas. Porém, a negociação esbarrou na flexibilização das horas adicionais, as quais a empresa queria adicionar a contratação de 17 sábados, sete neste ano, e 10 para 2012, além da compensação dos dias greve, que se daria em dois dias a mais por mês.

“A empresa que provocou a greve, quando se negou a pagar a mesma PLR acertada com a Renault, isso tem que ser levado em consideração na negociação”, lembra o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), Sérgio Butka. “Não dá para entender por que a empresa continua radicalizando”, questionou. “A ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) mostrou que tivemos um maio que bateu recorde em vendas e, nos cinco primeiros meses do ano, aumentou em 8,8% o número de carros vendidos no país”, reforçou o secretário-geral do SMC, Jamil Dávila.

Com 33 dias de greve, já deixaram de ser produzidos 18.630 veículos. O prejuízo da empresa chega a R\$ 745,2 milhões

### **Fundo de greve tem fôlego para mais um mês**

Sem salários referente ao mês de maio, devido à greve, cerca de 1,2 mil metalúrgicos já acionaram o Fundo de Greve do SMC. De acordo com Butka, o fundo funciona como um empréstimo que deverá ser pago no recebimento da segunda parcela da PLR, prevista para o início do ano. Quanto à duração desse fundo, o SMC diz que os recursos são suficientes para 30 dias de paralisação.

Um dos metalúrgicos, que já está fazendo uso do fundo, é Assis Paiva. Ele conta que mesmo com a pressão por conta da falta de salário segue com a greve enquanto a proposta não melhorar. “Desde 2005, quando conseguimos diminuir de 42 horas semanais para 40 horas a jornada, eles pressionam para aumentar os dias adicionais. Porém, a jornada já é extremamente desgastante, não conseguimos ir ao banheiro,

tamanha a rapidez da produção na planta de São José. É por isso que tem tanta gente afastada por licença médica”, aponta. “Estou usando o fundo de greve, mas tem gente que mesmo com essa ajuda já entrou no vermelho, porque um mês sem salário faz falta. Porém, o pessoal sabe que há pontos nessa negociação que não dá para abrir mão”.

## Repasse do Tesouro ao BNDES pode ser adiado

07/06/2011- O Estado do Paraná

O Ministério da Fazenda quer deixar para 2012 o repasse de boa parte dos R\$ 55 bilhões de empréstimo do Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A concessão do empréstimo foi autorizada pela Medida Provisória 526, enviada ao Congresso Nacional no início do ano, mas nenhum centavo do aporte anunciado pela equipe econômica chegou ao banco até agora.

A decisão de adiar o repasse está sendo negociada com o BNDES, segundo algumas fontes, mas esbarra na crise política causada pelas denúncias contra o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci. Com a articulação política do governo enfraquecida, aumentou o temor do BNDES e do governo de que a MP não seja aprovada ou que seja usada como barganha política para outros pedidos, como emendas de parlamentares.

Indicações nessa direção já foram detectadas pelas lideranças governistas. O relator da MP é o deputado Arthur Lira (PP-AL), que teve reuniões com o Ministério da Fazenda sobre as emendas apresentadas e prometeu trabalhar para agilizar a votação. O problema maior para o governo é que a MP caduca no dia 1.º de julho. O prazo parece razoável, mas até lá, tem o feriado de Corpus Christi e as festas juninas, período em que tradicionalmente o Congresso fica esvaziado e não vota.

Apesar da intenção de não emitir os R\$ 55 bilhões (o repasse do empréstimo é feito com títulos do Tesouro) este ano, o governo tem interesse em ver aprovada a MP. Assim, ele fica formalmente autorizado a fazer a operação, mas ganha liberdade para calibrar os aportes em parcelas de acordo com as condições econômicas.

Se a MP caducar, porém, os técnicos anteveem problemas. O governo não quer correr o risco de ter de enviar outra MP e transformar o aporte ao BNDES - um tema já polêmico que vem recebendo críticas de economistas e da oposição - num "cavalo de batalha" no Congresso. A solução, diante do risco de a MP não ser votada a tempo, é correr para emitir os papéis. Mas, dessa forma, seria perdida a flexibilidade desejada pelo governo para administrar o aporte ao BNDES ao longo do tempo.

## Inflação

O empréstimo de R\$ 55 bilhões foi anunciado em março pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, para reforçar as linhas de financiamento do Programa de Sustentação do Investimento, criado para estimular a venda de bens de capital e a inovação no

País. Segundo uma fonte do governo, como praticamente acabou o primeiro semestre e nenhum recurso foi transferido, o aporte do Tesouro nessa linha deve ser bem menor este ano.

Outra fonte admitiu que o governo vem discretamente colocando um pé no freio no crédito do banco oficial, cuja desaceleração dos desembolsos já repercutiu nos dados mensais de crédito divulgados pelo Banco Central. A Fazenda quer reduzir os aportes no BNDES que somaram R\$ 205 bilhões em 2009 e 2010. Esse aporte ajudou a injetar crédito no mercado durante a crise financeira internacional.

## Suzano compra Cepemar em novo lance de diversificação dos negócios

07/06/2011- Valor Econômico

Em mais um passo rumo à diversificação dos negócios - embora o pilar da sustentabilidade permaneça comum a todas as suas operações -, o grupo Suzano fechou a compra do controle do grupo Cepemar, que reúne seis empresas com atuação em serviços ambientais. Com a aquisição, o conglomerado comandado pela família Feffer, tradicionalmente dedicado à indústria de base, estreia em um segmento novo, relacionado diretamente ao meio ambiente e ainda muito fragmentado no país, o que abre espaço para mais rodadas de consolidação. O valor do negócio não foi divulgado.

O comando da nova holding, na qual a Suzano assume 55% de participação, foi delegado ao ex-diretor financeiro da Petrobras Ronnie Vaz Moreira, executivo que também já esteve à frente da Globopar e ocupou o posto de vice-presidente executivo da Light. A operação foi provisoriamente batizada HES (do inglês Holding Environment Services) e ficará sob o guarda-chuva da IPLF, empresa paralela à Suzano Holding.

Para este ano, a expectativa é de que a HES alcance faturamento de R\$ 100 milhões, com crescimento de dois dígitos na comparação com 2010. De acordo com o presidente da nova holding, inicialmente, estão previstos investimentos adicionais de R\$ 50 milhões na operação nos próximos três anos. Esse valor, contudo, deve subir após a entrada da Suzano no negócio. "A Cepemar ganha musculatura financeira com a entrada do grupo. Vamos revisar esse plano de investimento", adianta Moreira. Eventuais fusões e aquisições não estão descartadas.

De acordo com o vice-presidente da Suzano Holding, Claudio Sonder, a aquisição do controle da Cepemar está alinhada à estratégia prevista no plano 2024, ano em que o grupo celebrará seu centenário. "Foi amor à primeira vista", brinca. O encontro, conta Sonder, decorreu de objetivos complementares: ao mesmo tempo em que a Suzano mapeou uma nova atividade de interesse, a Cepemar decidiu que seria importante para o futuro da empresa ter o apoio de um grande grupo. A primeira parcela da compra já foi paga, com recursos próprios, e a segunda será quitada em até cinco anos, em função do desempenho do negócio.

O grupo Cepemar compreende seis empresas que prestam serviços ambientais para grandes companhias da área de petróleo e gás, mineração e siderurgia, papel e celulose, energia, entre outras indústrias. Fundado em 1978 pelo empresário Nelson Saldanha, que fica com 45% das ações da HES e assume uma cadeira no conselho de

administração, o grupo é dono da Cepemar Meio Ambiente, Marine Survey, Unimar, Terramar, Cepemar Environmental Services, Universidade do Mar e detém fatia de 20% na Brasil Supply, que tem a Petrobras Distribuidora entre seus acionistas.

De acordo com o diretor comercial da Cepemar, Erik Cunha, a empresa que deu origem ao grupo, a Cepemar Meio Ambiente, produz estudos e diagnósticos ambientais, com atuação no continente americano e nos Emirados Árabes. A operação tem uma "espelho" nos Estados Unidos, a Cepemar Environmental Services, fundada em 2004 e sediada no parque de pesquisas da Florida Atlantic University. O grupo possui ainda 20% do capital da Brasil Supply, controlada pela Cotia Trading, especializada em gestão ambiental, logística e coleta de resíduos gerados em plataformas.

Outro negócio do grupo, a Terramar ainda está em fase pré-operacional e de licenciamento ambiental. A empresa atuará em toda a cadeia de gestão de resíduos nos setores de petróleo e gás, mineração, siderurgia e celulose e papel. A Marine Survey, por sua vez, é o foco da holding neste momento. Com atuação na área de monitoramento ambiental offshore, é dona da embarcação Seward Johnson, submersível tripulado que atende a Petrobras e executou trabalhos no Golfo do México, inclusive à época do acidente com uma plataforma da British Petroleum (BP), no começo do ano passado. Por fim, diante da escassez de mão de obra qualificada na área marinha, o grupo fundou a Universidade do Mar, que oferece cursos de extensão e pós-graduação.

De acordo com Ronnie Vaz Moreira, o nome definitivo da nova holding será escolhido nos próximos meses. A presidência do conselho administrativo será ocupada pelo presidente do grupo Suzano, David Feffer.

## Banco fará oferta pública de letra

07/06/2011- Valor Econômico

O banco Daycoval programa para breve aquela que pode vir a ser a primeira oferta pública de letras financeiras do mercado. Por se tratar de um teste, tanto para o mercado quanto para o Daycoval, que até então não fez sequer uma colocação privada, o volume da emissão será relativamente baixo, entre R\$ 200 e R\$ 300 milhões, com prazo de vencimento de dois anos.

O Daycoval deve puxar uma fila que está empacada desde dezembro do ano passado, quando a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) regulamentou as ofertas públicas de distribuição de letras financeiras. O BicBanco, outra instituição financeira especializada na oferta de crédito a médias empresas, prepara uma oferta para setembro ou outubro, ainda sem volume e prazo definidos.

O banqueiro Morris Dayan, diretor do Daycoval, esteve há três semanas em visita a fundos de pensão, gestoras de recursos e private banks do eixo Rio-São Paulo e ficou entusiasmado com a receptividade dos investidores. "Sai mais barato do que uma emissão externa", compara. O resultado do banco sofreu, no primeiro trimestre, um impacto líquido negativo de R\$ 13,2 milhões decorrente da marcação a mercado do "hedge" de uma emissão externa de US\$ 300 milhões, realizada em janeiro.

Tanto a emissão de letras financeiras do Daycoval como a do BicBanco farão parte do Programa de Distribuição Contínua (PDC) da CVM, registro que permite o lançamento de diversas tranches. "Os custos envolvidos na realização de uma oferta, desde a

estruturação até o registro, perfazem centenas de milhares de reais. Daí a vantagem de um programa que comporta várias emissões, no qual o banco pode ir sacando aos poucos", observa Milto Bardini, diretor financeiro e de relações com investidores do BicBanco. Com o objetivo de se preparar melhor para a oferta pública, o BicBanco testou o instrumento, em abril, com uma emissão restrita de R\$ 20 milhões.

O estoque de letras financeiras alcançou, no fim de maio, R\$ 83,2 bilhões, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). A projeção inicial de fechar 2011 com saldo de R\$ 100 bilhões já está sendo revista. Todas as ofertas realizadas até o momento, porém, foram vendidas de forma privada, a um grupo restrito de investidores.

"Essas operações estão mais para negociação bilateral do que oferta propriamente dita", observa Alfredo Moraes, vice-presidente da Anbima. A evolução do número de ofertas públicas, para ele, é questão de tempo. "Apenas a inércia precisa ser vencida, pois o produto é tão normal como uma debênture para a empresa", afirma.

Mesmo as emissões privadas, regulamentadas desde o fim de fevereiro de 2010 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), começaram a ganhar fôlego, de fato, a partir de dezembro do ano passado, quando o Banco Central (BC) isentou a letra financeira de recolhimento compulsório. Ao mesmo tempo, elevou o recolhimento sobre os depósitos a prazo de 23% para 32%, dando uma vantagem para as letras sobre os CDBs.

Tais medidas estão estimulando as ofertas de letras financeiras especialmente por parte dos grandes bancos, já que as instituições pequenas e médias estão na faixa de isenção para recolhimento de compulsório sobre depósitos a prazo. "O incentivo dado pelo governo acaba sendo inócuo para nós", observa Fábio Raposo, tesoureiro da Caixa Geral de Depósitos. Segundo ele, os grandes têm captado com as letras a 106% ou 107% do CDI. "Taxa muito boa para um bom risco", avalia. "Para competir, preciso pagar bem mais."

Paulo Henrique Pentagna Guimarães, presidente do Bonsucesso, especializado na concessão de crédito consignado e financiamento de veículos, compartilha da percepção. "Letra financeira é para grande banco", diz. O Bonsucesso tem recorrido a fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) para acessar recursos. Ontem, seu FIDC de crédito consignado lançado em fevereiro de 2010 recebeu R\$ 220 milhões por meio de uma segunda tranche.

A tendência, no entanto, é que a resistência ao uso das letras financeiras seja atenuada à medida que o Programa de Distribuição Contínua ganhe adeptos. O presidente do Bonsucesso, por exemplo, não descarta o uso do instrumento. "Se percebermos que o mercado tem apetite para bancos médios, com certeza vamos entrar", ressalta Pentagna.

A Caixa Geral de Depósitos fez uma única emissão privada, em fevereiro, no valor de R\$ 5 milhões e prazo de dois anos para um investidor pessoa física. O banco se mexe, no entanto, para começar a acessar também investidores institucionais. Está sendo aguardada para as próximas semanas a definição de um rating para as operações do banco português no Brasil de uma grande agência de classificação de risco, segundo Raposo, justamente para facilitar o acesso a esses grandes aplicadores.

A principal vantagem da letra financeira está na oportunidade de alongar o passivo dos bancos, de forma que eles possam conceder empréstimos também de longo prazo. O prazo mínimo de vencimento da letra é de dois anos.

## Trabalhador obtém direito a relógio de ouro

07/06/2011- Valor Econômico

Depois de atuar por 36 anos no grupo Volkswagen, um ex-diretor decidiu ir à Justiça para buscar, além de verbas trabalhistas e danos morais, o valor equivalente a um relógio folheado a ouro. O prêmio era dado para funcionários que completavam 35 anos de serviço. A disputa pelo relógio foi parar no Tribunal Superior do Trabalho (TST), que manteve decisão de segunda instância favorável ao trabalhador.

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região, em São Paulo, entendeu que o ex-diretor tinha direito a receber o relógio folheado a ouro, que ele estimou custar R\$ 10 mil. Mas fixou o valor da indenização em R\$ 1 mil. Insatisfeita, a Volkswagen Serviços recorreu ao TST para questionar esse e outros pontos do acórdão.

No recurso, a companhia argumentou que o ex-empregado não teria direito ao relógio, que valeria muito menos - R\$ 421. O prêmio, de acordo com a Volkswagen, era concedido somente a quem trabalhasse 35 anos para a mesma empresa. No caso, durante os 36 anos de serviço, o ex-diretor passou por três empresas do grupo. O ex-funcionário saiu em 2003, depois de aderir a um plano de demissões voluntárias.

Em 2004, de acordo com informações do TST, ajuizou ação trabalhista, alegando que nos últimos anos de seu contrato teve suas "funções esvaziadas". Ele perdeu a sala que ocupava e o direito a dispor de uma secretária e foi rebaixado de função.

No TST, a 6ª Turma negou, por unanimidade, provimento a um recurso apresentado pela Volkswagen, garantindo o relógio e parte das verbas trabalhistas pleiteadas pelo ex-diretor. "O relógio era de um valor muito mais sentimental do que patrimonial", diz o advogado Jorge Pinheiro Castelo, do escritório Palermo e Castelo Advogados, que defende o ex-diretor. "Mais importante que o valor é o reconhecimento de que ele tinha direito a receber a premiação." Procurada pelo **Valor**, a Volkswagen informou que não comenta casos sub judice.

## SENAI paranaense e prefeitura de Paranaguá inauguram usina de biodiesel

07/06/2011- Agência CNI

**Curitiba** – O [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de São Paulo \(SENAI/SP\)](#) e a prefeitura de Paranaguá inauguraram no último sábado (4/6) a primeira usina de biodiesel à base de óleo de fritura usado e a primeira no Brasil com aplicação prática na comunidade. Estiveram presentes o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Rodrigo da Rocha Loures; o prefeito de Paranaguá, José Baska Filho; o diretor de operações do SENAI/PR, Marco Antonio Secco; a secretária municipal do Meio Ambiente, Jozaine Baka, e outras autoridades municipais e estaduais.

A prefeitura de Paranaguá já está abastecendo parte da frota de caminhões do município com o biodiesel produzido na nova usina. A capacidade de produção é de até 800 litros do combustível por dia. Na inauguração Loures, o prefeito e a secretária municipal do Meio Ambiente, abasteceram um veículo com o combustível produzido na usina.

De acordo com Loures, a iniciativa servirá de laboratório para implantar outras usinas em todo o estado. "Vamos aprender como reciclar óleo de fritura e evitar que milhares de litros de água sejam contaminados. Além de contribuir com o meio ambiente, ainda estamos colaborando com a redução de gastos públicos com utilização do combustível para abastecer a frota pública. Em breve vamos estender este projeto para todo o Paraná", declarou ele.

**BENEFÍCIOS À SOCIEDADE** - A Usina de Biodiesel de Paranaguá é o resultado de uma parceria entre o SENAI/PR e a prefeitura de Paranaguá. Os investimentos iniciais somaram R\$ 200 mil, que foram divididos entre o Sistema FIEP e a prefeitura. A iniciativa, além de beneficiar diretamente o meio ambiente, evitando que milhares de litros de água sejam contaminados com o descarte irregular de óleo de fritura na rede de esgoto, mostra que é possível e saudável a parceria entre a iniciativa privada e o poder público.

**CAPACITAÇÃO** - Outro benefício desta parceria para a sociedade está na educação profissional. A Usina de Biodiesel servirá de escola prática para capacitar os alunos do SENAI/PR. As indústrias também têm interesse em produzir biodiesel para uso em seus processos produtivos. O SENAI/MS poderá apoiá-las com treinamentos, demonstrações, simulações de processos, testes com diversos óleos vegetais e avaliação de contaminação.

## "Disputa salarial ameaça pleno emprego no país"

07/06/2011- Blog RT

A batalha pelo aumento do salário mínimo acima do previsto em lei não deu certo no começo do ano, mas a disputa por ganhos reais continua a testar as relações entre o novo governo e as bases sindicais. Na semana passada, a Força Sindical deu início a uma série de manifestações no Congresso para garantir a votação do projeto que pretende reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Enquanto isso, diversas categorias, como metalúrgicos e metroviários, ameaçam greves.

O aquecimento da economia tem motivado as classes trabalhistas a buscar ganhos reais e mais participação nos lucros das empresas, mas as conquistas nesse campo podem gerar problemas para os próprios trabalhadores no longo prazo. Isso porque os ganhos de produtividade da economia não têm acompanhado a dinâmica dos reajustes salariais.

Dados do Banco Central apontam que o salário médio real cresceu 7,3% a mais que a produtividade entre 2008 e 2010.

"Caso isso se mantenha, o país terá de se acostumar a uma taxa de desemprego de equilíbrio maior, na casa de 7%", analisa o economista da LCA Consult, Braulio Borges. Nos Estados Unidos, o chamado pleno emprego acontece quando a taxa de desocupação atinge 5%.

No Brasil, ela beira hoje os 6%. "O nível médio de qualificação da mão de obra no país não permite ganhos de produtividade muito elevados. Já a carga tributária é muito alta. A única forma de reduzir custos hoje é com investimentos em inovação e tecnologia, que tendem a substituir empregos", afirma Rogério César de Souza, economista-chefe do Instituto para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Outra consequência do descompasso entre salários e produtividade é a inflação, que absorve parte dos rendimentos reais do trabalhador. Entretanto, "aumentos do custo de produção reduzem a competitividade brasileira com os produtos importados, o que limita o repasse nos preços praticados ao consumidor", pondera Roberto Barth, sócio-fundador da Comissão de Defesa da Indústria Brasileira (Cdib).

Indicadores Para este ano, a expectativa dos analistas ouvidos pelo BRASIL ECONÔMICO é de um índice de desemprego na casa dos 6,4%, uma breve queda em relação à taxa de 6,7% apurada em 2010.

Na série dessa zona lizada, contudo, o índice-que está em 6,1% - deve subir para 6,6% até o final do ano, em resposta à atual política de alta na taxa de juros.

Já a produtividade deve manter o grau de estagnação vivido no ano passado. Segundo Borges, os ganhos de capacidade produtiva da economia brasileira varia entre 1,2% e 1,5% ano a ano, enquanto o índice ideal seria o dos Estados Unidos, de 2% ano a ano-a produtividade chinesa cresce 3% ao ano.

"Temos de avançar mais para absorver a elevação de custos com folha de pagamento, mas isso só acontecerá com investimentos nos conhecidos gargalos de infraestrutura, tributação e flexibilização das leis trabalhistas", afirma Borges.

Para ele, a pressão por salários maiores que a economia é capaz de gerar tende a reduzir o uso de horas extras e de futuros reajustes, além dos rendimentos reais, pois o aumento de custos é repassado para os preços.

Setores com uso intensivo de mão de obra sofrerão mais, como o comércio. "A tendência é que as grandes varejistas apostem mais no comércio eletrônico, que usa menor força de trabalho, enquanto as menores reduzam os salários para comportar os custos", diz Marcel Solimeo, economista-chefe da Associação Comercial de São Paulo.

Vale notar que varejo é um dos dois ramos que ainda não repassaram os ganhos de produtividade para os salários. "A qualificação da mão de obra é uma das mais baixas da economia, o que reduz o poder de negociação da categoria", explica Borges.

## ACIMA E ABAIXO DA MÉDIA

Pesquisa do Banco Central aponta que salários reais cresceram 7,3% acima da produtividade da economia.

O comércio ainda não repassou os ganhos de produtividade aos salários. Rendimentos estão 0,8% abaixo do ideal.

Na agropecuária, salários estão 3,4% abaixo da produtividade. Ganhos na capacidade produtiva não foram repassados

### **"Ponto Eletrônico:Relator vota pela sustação da Portaria 1510"**

07/06/2011- Blog RT

"DEPUTADO RONALDO NOGUEIRA apresenta relatório sobre Projetos de Sustação da Portaria 1510

Veja a íntegra: RELATÓRIO PDC2839 – DEP RONALDO NOGUEIRA

Ontem (01-06-11), foi publicado o relatório do Deputado Ronaldo Nogueira, ref. aos PDC's: 2839/10 e apensos 2.847/10, 4/11, 5/11, e 6/11.

A seguir trechos que consideramos importantes sobre o Voto do Relator:

"A Portaria é objeto de inúmeras críticas ..., sendo a principal delas a de que seria inconstitucional. Estamos de acordo com esse entendimento. Isso porque o Ministério exorbitou de sua competência legal ao regulamentar, por intermédio de portaria, matéria que não está contemplada em lei."

"Ao editar a referida norma, o MTE fundamentou-se no inciso II do art. 87 da Constituição Federal que prevê como competência dos Ministros de Estado "expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos". Ocorre que a Portaria trouxe uma série de exigências que não estão previstas em qualquer ordenamento legal preexistente."

"Além da inconstitucionalidade, existem questões relativas ao mérito da portaria que recomendam a sua sustação."

"...exigência de que o empregador emita um recibo em papel para o empregado, comprovando o registro de seu ponto. Tal medida vem na contramão da atual tendência de informatização dos procedimentos administrativos ... E mais, representará um acréscimo nos custos das empresas.

"significa um retrocesso às empresas brasileiras. Os altos custos dos equipamentos devidamente adaptados e dos procedimentos técnicos e operacionais comprometerão a competitividade das micro e pequenas indústrias, principalmente."

“Um dos seus aspectos mais preocupantes é a possibilidade de aumentar a animosidade das relações de trabalho”

“...representa um retrocesso histórico à atual relação entre capital e trabalho, colocando em risco o equilíbrio que alcançou.”

“Além disso, a obrigatoriedade da entrega de um comprovante físico a cada marcação do empregado (entrada / saída para almoço / volta do almoço / saída) é altamente dispendiosa e não resolve os problemas existentes.”

“os empregados serão obrigados a guardar os comprovantes fornecidos durante toda a relação contratual, pois estes serão as únicas provas dos horários que de fato trabalharam.”

“...além de todos os ônus à atividade produtiva, as regras não serão bem sucedidas em seu objetivo de evitar as fraudes e imprecisões nos registros de frequência, já que o sistema apresenta pontos de alta vulnerabilidade, como a porta USB para coleta de informações existentes no equipamento de registro. O mecanismo expõe dados pessoais dos trabalhadores, desrespeitando seu direito constitucional à privacidade.”

“Estes impasses inviabilizam o uso da tecnologia eletrônica de registro da jornada de trabalho e forçam as indústrias a utilizarem os meios obsoletos, , dispendiosos e imprecisos de marcação, como o registro manual ou mecânico.”

“Ademais cabe ressaltar que o ato de sustar a indigitada Portaria evitará, mais uma vez, que este Poder Legislativo fique a reboque das decisões proferidas pelo Judiciário.”

“Desse modo, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.839, de 2010.”

## **Câmara aprova inclusão de adicional de periculosidade para eletricitários na CLT**

07/06/2011- Agência Câmara de Notícias

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 7378/06, do Senado, que inclui o direito ao adicional de periculosidade para eletricitários na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto-Lei 5.452/43.

O adicional, que é de 30% sobre o salário, já é previsto na Lei 7.369/85, mas não consta do texto da CLT. As categorias que têm direito ao benefício e as normas para a concessão são definidas pelo Decreto 93.412/86.

De acordo com o relator, deputado Maurício Quintella Lessa (PR-AL), que recomendou a aprovação do projeto, a medida vai harmonizar a legislação, adequando a CLT às outras leis já existentes sobre o tema. A CCJ analisou apenas aspectos de adequação legislativa e a constitucionalidade da proposta.

O texto aprovado será encaminhado à sanção presidencial.

## Deputados debatem a redução da jornada de trabalho

07/06/2011- Agência Câmara de Notícia

A duração da jornada de trabalho deve voltar a ser discutida na Câmara. Os deputados Vicentinho (PT-SP) e Chico Alencar (PSOL-RJ) pediram a aprovação, pela Câmara, de projetos de lei em tramitação que ampliam os direitos dos trabalhadores. Vicentinho pediu apoio especial para a Proposta de Emenda Constitucional nº 231/95, que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Vicentinho vai pedir ao presidente da Câmara, Marco Maia, a inclusão da matéria na pauta do plenário para votação, por acreditar que a proposta aumente a abertura de novos postos de trabalho.

## Comissão aprova valor menor de depósito recursal para microempresas

07/06/2011- Agência Câmara de Notícia

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou proposta que reduz em 50% o valor do depósito recursal exigido pela Justiça do Trabalho em condenações de até 10 salários mínimos, só no caso em que o recorrente for microempresa ou empresa de pequeno porte. A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei [5.452/43](#)).

O relator, deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB), foi favorável à medida e decidiu apresentar um novo texto para estender o benefício a todas as pequenas empresas, independentemente de estarem inscritas ou não no Simples Nacional. O projeto original (PL [7047/10](#)), do deputado Efraim Filho (DEM-PB), previa o depósito reduzido apenas para as pequenas empresas inscritas no Simples.

Atualmente, a CLT exige o depósito integral prévio para recorrer, quando a condenação estabelece pena pecuniária de até dez vezes o salário mínimo da região onde a ação foi julgada. Ainda segundo a lei, após a ação transitar em julgado o valor do depósito é repassado para a parte vencedora.

### Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será examinado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## Comissão aprova jornada de 8 horas para trabalhador acima de 60 anos

07/06/2011- Agência Câmara de Notícia

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o Projeto de Lei 6685/09, do Senado, que limita a jornada de trabalho de empregados com 60 anos ou mais a oito horas diárias.

Esse limite, conforme a proposta poderá ser prorrogado em até duas horas, por meio de acordo coletivo de trabalho, desde que o tempo excedente seja compensado no dia

seguinte. Na semana, a jornada máxima permitida será de 44 de horas ou outra inferior fixada em lei.

Para o relator, deputado José Linhares (PP-CE), a proposta "é meritória porque inclui na legislação vigente normas específicas de proteção ao trabalho do idoso". Ele lembra que o objetivo da medida é adequar a legislação brasileira à Recomendação 162/80, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essa norma determina que os Estados integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) – como o Brasil – adotem medidas para proteger trabalhadores de 60 anos ou mais.

Pelo texto, caso o idoso trabalhe em condições penosas, perigosas ou insalubres, a jornada será reduzida em 30 minutos, sem prejuízo do adicional a que tem direito. O projeto permite a prorrogação do trabalho do idoso em até 12 horas, em caráter excepcional, mas somente quando sua presença for imprescindível ao funcionamento da empresa. Nesse caso, o empregado terá direito a receber aumento salarial de, pelo menos, 50% sobre o valor da hora normal.

De acordo com a proposta, a cada seis meses, os empregadores deverão realizar exames laboratoriais e teste de acuidade visual dos funcionários maiores de 60 anos. Todos os resultados serão obrigatoriamente comunicados ao trabalhador.

O idoso não poderá ainda, conforme o projeto, ser submetido a serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 quilos, para o trabalho contínuo, ou a 25 quilos, no caso de trabalho ocasional.

O empregador que infringir qualquer uma dessas determinações ficará sujeito a multas de R\$ 300 a R\$ 3 mil.

### **Tramitação**

Em regime de prioridade, o projeto segue para análise conclusiva das comissões de Trabalho, de

## **Câmara instala Comissão Especial para discutir a Terceirização**

07/06/2011- CNI

Foi instalada a Comissão Especial para discutir o Trabalho Terceirizado na Câmara dos Deputados. A Comissão é composta por 26 integrantes e igual número de suplentes.

Disputaram à Presidência da Comissão os Deputados Sandro Mabel (PR/GO) e Silvio Costa (PTB/PE), depois de acirrada votação o Dep. Sandro Mabel foi eleito presidente com 13 votos, contra 12 do Dep. Silvio Costa. Em razão de acordo político, o Dep. Sandro Mabel indicou como relator da Comissão o Dep. Roberto Santiago (PV/SP).

Na próxima quarta-feira serão escolhidos os vices-presidentes. Adiante a composição da Comissão.

Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições voltadas à regulamentação do trabalho terceirizado no Brasil.

Presidente: Deputado Sandro Mabel (PR/GO)

Relator: Deputado Roberto Santiago (PV/SP)

TITULARES SUPLENTE

|      |  |
|------|--|
| PT   | <p>Eudes Xavier PT/CE (Gab. 472-III)</p> <p>Bohn Gass PT/RS (Gab. 473-III)</p> <p>Gilmar Machado PT/MG (Gab. 262-IV)</p> <p>Nelson Pellegrino PT/BA (Gab. 826-IV)</p> <p>Policarpo PT/DF (Gab. 941-IV)</p> <p>Rogério Carvalho PT/SE (Gab. 641-IV)</p> <p>Vicentinho PT/SP (Gab. 740-IV)</p> |
| PMDB | <p>Adrian PMDB/RJ (Gab. 441-IV)</p> <p>Darcísio Perondi PMDB/RS (Gab. 518-IV)</p> <p>Edio Lopes PMDB/RR (Gab. 350-IV)</p> <p>José Priante PMDB/PA (Gab. 752-IV)</p>  |
| PSDB | <p>Alfredo Kaefer PSDB/PR (Gab. 818-IV)</p> <p>Carlos Sampaio PSDB/SP (Gab. 207-IV)</p> <p>Jutahy Junior PSDB/BA (Gab. 407-IV)</p>   |
| PP   | <p>Jerônimo Goergen PP/RS (Gab. 316-IV)</p> <p>Aguinaldo Ribeiro PP/PB (Gab. 735-IV)</p> <p>José Otávio Germano PP/RS (Gab. 424-IV)</p> <p>Aline Corrêa PP/SP (Gab. 511-IV)</p>  |
| DEM  | <p>Augusto Coutinho DEM/PE (Gab. 835-IV)</p> <p>Efraim Filho DEM/PB (Gab. 744-IV)</p> <p>Onyx Lorenzoni DEM/RS (Gab. 828-IV)</p>   |
| PR   | <p>Gorete Pereira PR/CE (Gab. 206-IV)</p> <p>Laércio Oliveira PR/SE (Gab. 629-IV)</p> <p>Sandro Mabel PR/GO (Gab. 443-IV)</p>  |
| PSB  | <p>Dr. Ubiali PSB/SP (Gab. 543-IV)</p> <p>Alexandre Roso PSB/RS (Gab. 742-IV)</p> <p>Mauro Nazif PSB/RO (Gab. 948-IV)</p> <p>Sandra Rosado PSB/RN (Gab. 650-IV)</p>  |

|               |   |
|---------------|---|
| PDT           | Paulo Pereira da Silva PDT/SP (Gab. 217-IV)<br>João Dado PDT/SP (Gab. 509-IV) |
| Bloco PV, PPS | Roberto Santiago PV/SP (Gab. 533-IV)<br>Moreira Mendes PPS/RO (Gab. 943-IV)   |
| PTB           | Silvio Costa PTB/PE (Gab. 417-IV)<br>Ronaldo Nogueira PTB/RS (Gab. 570-III)   |
| PSC           | Andre Moura PSC/SE (Gab. 380-III)<br>Nelson Padovani PSC/PR (Gab. 513-IV)     |
| PCdoB         | Assis Melo PCdoB/RS (Gab. 605-IV)   |
| PRB           | Ricardo Quirino PRB/DF (Gab. 931-IV)<br>Heleno Silva PRB/SE (Gab. 583-III)    |
| PTC           | (Deputado do PR ocupa a vaga)   |

## Aprovado projeto que amplia proibição de revista íntima em mulheres

07/06/2011- Agência Senado

A revista íntima a funcionárias de órgãos públicos e entidades da administração pública direta e indireta e a clientes do sexo feminino de empresas privadas poderá ser proibida. Projeto de lei da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) com esse objetivo foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A empresa ou órgão público que descumprir a determinação, segundo prevê a proposta ([PLC 2/11](#)), receberá multa de R\$ 20 mil ou, em caso de reincidência, de R\$ 40 mil. Esses valores serão destinados a órgãos de proteção aos direitos da mulher. A vítima ainda poderá pedir indenização por danos morais e materiais, bem como outras sanções de ordem penal, conforme determina o Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Porém, quando se fizer necessária, conforme estabelece o projeto, a revista a funcionários e clientes nas empresas ou em prisões e ambientes de investigação policial deverá ser feita por funcionários do sexo feminino.

A relatora da matéria na CDH, senadora Ana Rita (PT-ES), lembrou que a prática de revista íntima às mulheres já é proibida pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT - Decreto-Lei 5.452/43). No entanto, ressaltou, as funcionárias de órgãos e entidades da administração pública, tanto direta como indireta, não estão protegidas pela restrição imposta pela CLT.

Revista íntima, explicou Ana Rita, é a coerção ou molestamento de alguém para se despir ou expor o corpo. A senadora ressaltou que o TST determina indenização por danos morais quando houver revista íntima que exponha o trabalhador à situação vexatória.

- Se houver revista, esta tem que ser discreta, com urbanidade e civilidade, sem expor o empregado. Não pode ser exigido do empregado ou do cliente despir-se ou mostrar partes íntimas do corpo e do vestuário - explicou Ana Rita.

A matéria ainda depende de votação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e do Plenário da Casa.

## Pequena empresa poderá ser ressarcida pelo salário-maternidade

07/06/2011- Agência Câmara de Notícia

A Câmara analisa o Projeto de Lei 125/11, da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que permite às micro e pequenas empresas o ressarcimento de tributos federais pelo salário-maternidade pago às suas funcionárias. A proposta altera a Lei 8.213/91, que regula os planos de benefícios da Previdência Social.

Pela lei, todas as seguradas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) têm direito ao salário-maternidade por 120 dias. O pagamento é feito pelas empresas às suas empregadas, cabendo ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) efetuar o pagamento para as demais seguradas.

### **Desconto**

Embora o pagamento do benefício fique a cargo das empresas, o custeio é responsabilidade da Previdência Social, cabendo às empresas, quando do recolhimento mensal da contribuição previdenciária incidente sobre a folha de pagamento, descontar deste montante o valor gasto com o pagamento de salário-maternidade a suas empregadas.

A deputada alerta, no entanto, que o procedimento é extremamente prejudicial às micro e pequenas empresas. Por contarem com receita bruta e número de empregados reduzidos, o montante que essas empresas recolhem mensalmente aos cofres da Previdência Social, a título de contribuição previdenciária, nem sempre supera o valor do salário-maternidade pago, sendo necessário, muitas vezes, esperar longo período pelo reembolso.

### **Simples dificulta**

Essa situação é ainda pior, reforça a deputada, para a pequena empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples).

Nesse caso, a legislação prevê a substituição do pagamento individual de vários tributos, inclusive a contribuição previdenciária, por um tributo único, dificultando ainda mais a compensação previdenciária em relação ao salário-maternidade pago à empregada.

Jandira Feghali diz que o objetivo do projeto é reduzir eventuais dificuldades de caixa que o pagamento do salário-maternidade venha a causar às micro e pequenas empresas e, ao mesmo tempo, incentivar a contratação de mão de obra feminina em idade fértil por essas empresas.

### **Tramitação**

O projeto terá análise conclusiva das comissões de Desenvolvimento Econômico,

Indústria e Comércio; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação (inclusive no mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícia